

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 91
Fevereiro – 2008

S U M Á R I O

2 Cuba: o início do fim

José Flávio Sombra Saraiva

4 Divisão Democrata, Unidade Republicana?

Cristina Soreanu Pecequilo

8 Política externa dos Estados Unidos: democratas indecisos, republicanos, não

Virgílio Arraes

10 Dom João VI e a formação da diplomacia brasileira

José Alexandre Altahyde Hage

RESENHAS

14 As relações internacionais da Ásia e da África

Fagner dos Santos Carvalho

18 As relações em eixo franco-alemãs e as relações em eixo argentino-brasileiras:
gênese dos processos de integração

Danilo Vergani Machado

21 Tempos líquidos

Márcio Pereira Basílio

Cuba: o início do fim

JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA*

O gesto de renúncia do líder cubano Fidel Castro, depois de quase meio século no poder, não é isolado e solitário. É gesto calculado e compõe moldura mais ampla das transformações mais abrangentes que ocorrem naquele país caribenho. Corresponde ao movimento desencadeado há quase dois anos, quando de sua licença por motivos médicos. Inicia-se uma transição: do fim do regime político que emergiu no contexto da Guerra Fria para uma nova tessitura política de adaptação ao mundo no qual vivemos.

A renúncia tem significado relevante e não pode ser classificada apenas como ato cosmético ou pantomímico. Em primeiro lugar, tem impacto na vida dos cubanos que habitam a ilha. Fidel é líder carismático, apesar dos reparos que muitos cubanos podem fazer ao papel de liderança vertical imposta pela Revolução Cubana. Sua saída formal da gestão do Estado foi, aos milímetros, calculada para não matar o totem, mantendo-o como força espiritual de uma transição espinhosa que se avizinha.

A transição de regime fica refém do líder carismático e do grupo político que a maneja, na lógica da mudança de dentro para fora, igualmente pacífica e adaptativa aos novos tempos. Há uma liderança jovem, de funcionários do Estado e das empresas públicas cubanas, que percorreram o mundo nos últimos anos e acompanham as transformações globais. Sabem que não há sobrevivência econômica do regime atual sem atualização político. É em favor dessas lideranças, fiéis a Fidel e criadas nas últimas décadas do regime, que a transição se fará. E na migração de poder político carismático para o estamento burocrático, a figura de Fidel segue tendo um peso expressivo na balança.

Em segundo lugar, há sinalização valiosa da renúncia para o vizinho complicado, os Estados Unidos. Indica Fidel às lideranças de Washington que a transição deverá ser conduzida com capacidade decisória nacional, sem intervenções ou defecções políticas que contaminem as relações Cuba-Estados Unidos além do nível que elas já alcançaram em outros tempos.

A maneira em torno da qual o cronograma de transferência gradual do poder se faz em Cuba sugere a máxima geiseliana da transição gradual. É também forma de administrar, em parte, os contenciosos com os Estados Unidos. É deixar claro ao gigante que o pequeno não quer desafio à sua soberania e à sua capacidade de conduzir, a bom termo, não apenas a transição de agora, mas seu próprio futuro como nação adaptada ao século 21. Reconcilia-se, assim, o ideário romântico e nacionalista cubano, um vetor histórico da ilha, mesmo antes da Revolução Cubana, com os desafios do futuro da cooperação necessária com os Estados Unidos.

Para completar o quadro, o gesto realiza-se no momento da elucidação dos pontos de vista dos candidatos às prévias republicanas e democratas na luta pela Casa Branca. Sugere Fidel ao futuro vencedor da contenda nos Estados Unidos, e para seu eleitorado, que há uma possibilidade de avançar agenda mais cooperativa, desde que o embargo seja reconsiderado.

Em terceiro lugar, e finalmente, há uma forte sinalização para a sociedade internacional no gesto do longo líder cubano. No início do novo século, no qual uma revolução subterrânea encerrou, em parte, os sonhos solidários do século 20 (do qual o socialismo fez parte, no leque de proposições

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB e diretor-geral do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI (fsaraiva@unb.br)

filosóficas, políticas e econômicas), Fidel rende-se à necessidade de maior adaptação às regras do jogo internacional e à economia política da globalização.

Normalizar relações com a comunidade internacional, sair do isolamento auto-imposto pelas circunstâncias duras da Guerra Fria, avançar uma agenda no campo da liberalização política, encaminhar melhor o espinhoso tema dos direitos humanos, aceitar melhor as polarizações políticas legítimas internas, são aspectos da nova agenda internacional de Cuba. A nova diplomacia cubana, mais jovem e encarnada em rósea idéia de revisão

dos velhos paradigmas, confere esperança à transição que se inicia nos dias de hoje na ilha caribenha.

Acompanhar a transição cubana nos próximos tempos é exercício de futurologia incerto. Mas certas verdades já se fazem notar: os ganhos sociais e cidadãos acumulados não serão jogados na lixeira da história, mas redesenhados na forma da inclusão da ilha no sistema democrático moderno, na sociedade global, mas a manter o patrimônio do "ser cubano". Este "ser", ao explicitar forma de agir e desafiar o grande, tem todas as condições de ser recriado na ilha não mais apenas de Fidel.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído em diferentes bases de dados no Brasil e no exterior e igualmente em seu site em <http://www.meridiano47.info>. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (Portable Document Format) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software Adobe Acrobat Reader, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

©2000-2007 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Divisão Democrata, Unidade Republicana?

CRISTINA SOREANU PECEQUILO*

Intenso, o mês de Fevereiro de 2008 representou uma mudança significativa no perfil da corrida presidencial para a Casa Branca, solidificando tendências dispersas que já vinham sendo percebidas desde o começo do ano (e que foram abordadas neste site em **As Eleições 2008 nos EUA: Das "Primeiras" Primárias à Super Terça**). Representativas das oscilações bruscas e polarizações que têm marcado a política interna norte-americana na última década, estas tendências podem ser resumidas no enfraquecimento dos antigos favoritos internos de cada partido à sucessão de George W. Bush e uma inversão de posições entre democratas e republicanos, o que produziu desistências e realinhamentos de ambos os lados.

Mais do que em propostas, os candidatos que obtém a "liderança" de seus campos, sustentam sua campanha em uma mistura de carisma, populismo e o que a imprensa dos Estados Unidos vem chamando de "O Momento", demonstrando a volatilidade dos embates intra e entre partidários. Esta situação produz alguns exageros nas previsões eleitorais, em meio à permanência dos empates técnicos nas pesquisas internas e nacionais, e à dispersão do eleitorado nas primárias que tanto esconde quanto revela as dinâmicas de unidade e fragmentação dos partidos. Tendo como ponto de partida a Super Terça (05/02) e, dependendo do partido, como ponto final, talvez somente sua Convenção Nacional (25-28 de Agosto para Democratas e 1-4 de Setembro para Republicanos), cabe analisar estas movimentações.

Começando pelo campo republicano, as primárias de Fevereiro, em particular a Super Terça e as Primárias do "Potomac" (Virgínia, Maryland e a capital federal Washington, DC em 12/02), representaram a solidificação da candidatura, descartada em 2007,

de John McCain à sucessão de Bush filho como representante do partido republicano. Em 2007, McCain sofreu um profundo esvaziamento de seu nome ao longo do percurso, pressionando pelo avanço de Mitt Romney, cujo orçamento de campanha era muito maior que o seu, e pela presença de Rudy Giuliani com o qual disputava a mesma base de votos de conservadores mais moderados e eleitores independentes. Igualmente, McCain encolhia diante da ala mais conservadora e religiosa do partido por sua posição em temas sociais e imigração, observando-se o avanço de Huckabee, Romney e Thompson. Ciente desta dispersão de candidatos, e das próprias limitações financeiras de sua campanha, a tática de McCain foi concentrar esforços nas primárias de Janeiro, o que já tentara em 2000 sem sucesso quando disputara a indicação com o atual presidente Bush.

Entretanto, desta vez os resultados foram positivos devido à dispersão do eleitorado, somado aos erros táticos de seus demais oponentes no avanço das campanhas em particular Romney e Giuliani. McCain beneficiou-se da fórmula republicana de primárias que, na maioria dos estados, atribui ao vencedor do pleito todos os delegados da convenção nacional, o que lhe permitiu abrir uma importante vantagem sob seus adversários. Por sua vez, a fórmula democrata é mais complexa: as primárias dividem os votos proporcionalmente entre os candidatos o que, como será analisado, está levando ao "empate" Hillary Clinton e Barack Obama. McCain sagrou-se vitorioso não só nas "primeiras primárias", como gerou "momento" para a sua campanha, que se solidificou com as desistências de seus oponentes. O primeiro a sair da corrida republicana foi Fred Thompson, seguido por Rudy Giuliani e, depois, Mitt Romney. Por

* Professora de Relações Internacionais Universidade Estadual Paulista – UNESP (Campus Marília), e Pesquisadora Associada ao Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (crispece@gmail.com).

enquanto, Huckabee continua na disputa (18/02), mas já dá sinais de buscar uma negociação interna para desistir, restando Ron Paul, representante da ala libertária. Em números de 18/02, fornecidos pela rede CNN, McCain possui 830 delegados, contra 286 de Romney (que já desistiu como indicado, mas que apoiou McCain) e 217 de Huckabee, sendo necessários 1191 para a sua indicação.

Aqui se observa a mais importante inversão desta campanha eleitoral: a da decisão antecipada e sem prolongamento do candidato à presidência. Em 2007, as previsões indicavam que os republicanos provavelmente chegariam divididos à Convenção Nacional, enquanto os democratas já teriam definido, em Fevereiro, a candidatura da favorita Hillary Clinton à presidência, tomando à frente da campanha. O que ocorreu foi justamente o contrário: enquanto os republicanos já possuem seu candidato, preparando-se para reafirmar sua unidade, começando, inclusive, a discutir, a formação da chapa de McCain, os democratas dispersaram-se, polarizando-se em torno de Hillary e Obama.

Os republicanos ganharam um tempo fundamental para reordenar o partido e, como indicado, reafirmar sua unidade. Talvez seja cedo para indicar se esta unidade poderá ser efetivamente construída ou se será duradoura uma vez que apesar de ter ganho em muitos estados, e principalmente em centros progressistas e com grande peso no colégio eleitoral nacional como Nova Iorque e Califórnia, McCain perdeu para Romney e Huckabee, em particular para este último, nos estados mais pobres e mais conservadores (como Arkansas, Alabama, Geórgia), não possuindo apoio da base religiosa. E, nas últimas eleições presidenciais, os estados que foram decisivos acabaram sendo não os grandes colégios (conquistados em 2000 e 2004 pelos democratas) mas estes estados de pequeno a médio porte, o que cria um impasse para a candidatura: aproximar-se mais desta parcela por meio da escolha de um vice próximo a este pensamento e arriscar perder moderados de centro e independentes? Ou apostar somente nestes moderados e independentes?

A solução mais equilibrada é, como vem sendo feito, tentar conciliar estas duas vertentes, unindo

McCain a um conservador mais “light” como Thompson ou Romney, afastando Huckabee. Esta fórmula poderia unificar forças republicanas sem necessariamente perder votos conservadores, ainda que não responda plenamente aos anseios neocons. Todavia, esta exclusão não necessariamente seria definitiva, uma vez que a capacidade de mobilização republicana contra os democratas não deve ser subestimada, principalmente se a campanha nacional começar a pender excessivamente para os liberais (aplicando-se o cálculo para estes grupos de “antes um conservador moderado do que um democrata liberal”). Ou seja, mesmo sem uma plena unidade republicana, a situação parece ser melhor do que a democrata com mais margem de manobra para preparar a disputa.

Enquanto isso, no campo democrata, a polarização e a fragmentação tornaram-se a regra com o avanço de Barack Obama, levando a campanha de Clinton a um encolhimento relativo e a trocas de comando interno. Entre os democratas, até mais do que entre os republicanos, a “síndrome do momento” parece ser a regra, com ambos os competidores, principalmente aquele que parece estar “com o momento”, fazendo uso dos instrumentos de mídia e mobilização partidária para tentar maximizar sua posição. Isso já aconteceu com Hillary, a favorita de 2007, e agora ocorre com Obama, o de 2008, ainda que ambos estejam tecnicamente empatados nas pesquisas internas do partido e não exista uma diferença significativa em número de delegados conquistados.

Embora nas “Primárias do Potomac” Obama tenha tido vantagem, na Super Terça o eleitorado estava dividido. Segundo os mesmos dados da CNN, Obama possui hoje 1262 delegados contra 1213 de Hillary, sendo que Hillary possui mais superdelegados (que não são escolhidos em primárias e representam figuras chave do partido como ex-presidente) do que seu adversário e se mantém na frente nas pesquisas das próximas primárias de Texas e Ohio em 4 de Março, tentando se aproximar de Obama em Wisconsin (são necessários 2025 delegados para a indicação). Além disso, Hillary conquistou vitórias significativas em Florida e Michigan, mas cujas

primárias foram excluídas deste cálculo pelo partido, o que é contestado pela candidata, enquanto Obama recusa a sua inclusão pedindo a realização de novas rodadas nos estados em forma de caucus e não de primárias, pois neste sistema tem obtido vantagem. A inclusão destes delegados tiraria a vantagem de Obama e ampliaria a de Hillary.

Porém, é bastante questionável se esse tipo de ajuste resolverá a disputa ou se as primárias de 04 de Março serão decisivas, Hillary obrigatoriamente tem que ganhar no mínimo em Texas e Ohio com vantagens significativas para manter suas chances (e segundo seus estrategistas estes estados são seus firewalls, suas barreiras de resistência). Da mesma forma, nem mesmo uma decisão pode levar os democratas a uma reconciliação. Como já indicado, a fórmula democrata garante a divisão proporcional dos delegados nos estados, o que permite que mesmo o candidato derrotado agregue apoio e não somente o vencedor. Se nas disputas republicanas as linhas de fratura interna estão mais claras, conservadores moderados (ou verdadeiros, como prefere McCain) X neocons, as democratas estão mais embaralhadas: Hillary ganhou nos maiores colégios como McCain (Nova Iorque e Califórnia) e em primárias abertas, com votos de eleitores mais velhos (acima de 40, homens e mulheres) e de classe média, mas também não perdeu completamente os votos dos mais pobres (Arkansas) e conquistou a maioria dos latinos, porém Hillary sofreu perdas importantes entre parte dos sindicatos, jovens (homens e mulheres), pobres e entre o eleitorado negro.

O padrão que parece existir é que não há necessariamente um padrão nacional, mas sim linhas de fratura estaduais, que indicam a permanência de um país em crise, polarizado por questões diversas como economia, faixa de renda, religião, raça e gênero, o que dificulta a unidade democrata para mobilizar suas bases contra os republicanos em Novembro. Assim, temos slogans maiores como "Sim, podemos" e "Mudança em que podemos acreditar" de Obama e "Experiência" associada à idéia de "Responsabilidade e Consistência" de Hillary que tentam aplicar-se com variações a cada perfil destes eleitores

Esta tarefa Obama tem conseguido realizar com mais facilidade dado seu maior apelo carismático e populista e um viés até pacifista (mas que pode esconder um arriscado intervencionismo e protecionismo devido ao apoio de sindicatos, setores menos produtivos e grupos sociais). Também se ressalta a atração pelo desconhecido, que se revela na fluidez de suas propostas e na ausência de uma carreira de longa data em Washington (que também lhe ajuda a firmar-se como outsider). Outro movimento que Obama tem realizado com qualidade é a aproximação com John Edwards, o terceiro nome democrata mais relevante e que desistiu, buscando apresentar um discurso similar de preocupação com as classes média baixa e baixa, assim como de reconciliação entre classes, raça e ideologias. Até agora, nem Edwards ou Gore declararam seu apoio formal.

Ninguém, na prática, discorda do fenômeno Obama (ou da eficiência da construção de sua imagem como um novo JFK), mas é preciso não maximizar sua figura, assim como seus potenciais de elegibilidade e governabilidade, em uma corrida interna tão acirrada e em uma disputa presidencial na qual McCain mostra-se empatado tecnicamente com os dois possíveis adversários democratas (embora parte da tática de campanha de Obama seja não mencionar estes empates técnicos com o republicano, mas sim a sua vantagem sobre o mesmo, o que não se sustenta - nas últimas pesquisas Obama teria 46,2 contra 42,3 de McCain). O "momento" pode ser de Obama, mas Hillary não pode ser descartada, ou McCain subestimado, pois há uma diferença significativa entre realizar campanhas internas para definir uma pré-candidatura e uma campanha nacional. Para Hillary, como mencionado, Texas e Ohio são decisivos em suas pretensões, mas não necessariamente resolverão a disputa a favor de um ou outro, devido à proporcionalidade dos votos o que leva ao prolongamento dos embates internos na melhor das hipóteses até Junho e, na pior, até Agosto.

A despeito de acusações mútuas trocadas entre Hillary e Obama e da patente polarização intra partidária, por enquanto, os dois candidatos procuram evitar um racha definitivo (objetivo que

não necessariamente permanecerá intacto a partir da próxima rodada de debates) e demonstrar uma razoável semelhança programática. Ambos estão comprometidos com a agenda democrática clássica de governo (bem-estar, assistência, direitos civis) e de correção de rumos (repensar Iraque, economia, política externa em geral). Todavia, isto não tem conseguido unificar as bases e os principais grupos que apóiam cada um dos candidatos sinalizam que não votariam no oponente mesmo que isso custe a vitória ao partido mais uma vez.

Dois elementos presentes na estratégia republicana parecem faltar aos democratas: pragmatismo e lideranças que pressionem por alianças de compromisso (como demonstrado, por exemplo, nos apoios que McCain tem recebido à direita e ao centro do partido, de Romney, Giuliani e Bush pai), apesar da perda de alguns setores mais

radicais no curto prazo, mas que podem ser cooptados ao longo da campanha presidencial (Huckabee e os neocons). E, na verdade, poder-se-ia acrescentar ainda mais duas variáveis: a identidade partidária e a capacidade de mobilização sustentada das bases em nível nacional que, igualmente, parecem ausentes e menos eficientes do lado democrata.

Para muitos eleitores, os democratas não passaram no teste de 2006 quando lhes foi dada a maioria no congresso, será que em 2008 eles mereceriam esta nova chance mais uma vez? Qual será o custo da disputa Obama e Hillary e de que forma isto afetará um partido que há quase duas décadas procura seu rumo? Maior divisão? Maior unidade? Uma chapa inédita com um candidato (a) já inédito? Ou será que mais uma vez o realismo republicano conseguirá superar as divisões de seus rivais, a despeito de suas fragmentações?



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em processador de textos de uso universal, espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para editoria@meridiano47.info indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

Política externa dos Estados Unidos: democratas indecisos, republicanos, não

VIRGÍLIO ARRAES*

Entusiasmados pelo término melancólico do duplo quadriênio do Partido Republicano, os democratas apresentaram recentemente uma gama de propostas aos meios de comunicação sobre uma eventual gestão à frente da Casa Branca pelo seu partido, a partir do próximo ano. Dentre as preocupações manifestas, há duas internas, a diminuição do crescimento econômico e a insuficiência do sistema de saúde, e uma externa, a Segunda Guerra do Golfo.

Se, no plano interno, há mais exatidão quanto à execução de medidas observadas como adequadas para o revigoramento econômico e para a ampliação da cobertura médica, no externo, a retórica é bastante genérica, ao afirmar que é necessário encerrar o confronto e, por conseguinte, entregar aos próprios iraquianos o encargo de administrar novamente o próprio país. Diante de tal posicionamento, duas observações, nesse sentido, emergem:

Eleitoralmente, a economia sobrepuja a política externa, de sorte que os esforços políticos do Partido Democrata centram-se na elaboração de medidas com objetivo de pôr a termo a recessão; contudo, os democratas não conseguem, de fato, preparar com a mesma profundidade aplicada a questões econômicas as ações necessárias para o encaminhamento de um desfecho menos desgastante em um possível recolher das tropas ainda em 2009.

A razão primeira é a impossibilidade de não desconectar do imaginário internacional uma ocasional comparação entre o retorno dos combatentes do Iraque e os do Vietnã, desfechado há mais de três décadas. Naquele momento, os republicanos assumiram o ônus de terminar um conflito iniciado pelos seus opositores na década de 60. A retirada desabalada ecoou até o fim dos anos

80 e seria tão-somente superada com a Primeira Guerra do Golfo. De todo modo, a possibilidade de começar o mandato com um problema tão espinhoso assombra os formuladores democratas.

Em 2006, aguardou-se, de modo baldado, que o Partido Democrata, à frente da Presidência da Câmara dos Deputados, alterasse o norte da condução da segunda versão bélica do Golfo no Congresso, de forma que verbas às forças armadas se condicionassem a um cronograma de retirada das tropas ou com a limitação de sua atuação em solo iraquiano.

No entanto, a atuação dos republicanos no Senado, onde o desequilíbrio partidário em termos de votos é menor, fez com que a Casa Branca mantivesse o controle e ampliasse mesmo o envio de efetivos, em torno de 30 mil.

Na proposta orçamentária de 2009, o Presidente George Bush solicita 70 bilhões de dólares para a manutenção das atividades no Iraque, o que inclui várias bases de caráter permanente. Ainda que os parlamentares democratas pudessem obstruir a votação de tal item, não há, no seio do partido, consenso se seria essa a melhor tática.

Não há dúvida, por conseguinte, de que não será o Legislativo o proscênio adequado para modificações na política externa militarizada dos Estados Unidos. Apenas 94 legisladores assinaram um documento comprometendo-se recentemente a tão-somente votar fundos para a guerra, caso houvesse o compromisso de retorno dos combatentes. Assim, caberá ao próximo presidente, se democrata, o ônus político de definir a presença do país na região médio-oriental.

De toda maneira, depreende-se do último ano da gestão Bush a aspiração de robustecer ainda

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

mais a política exterior estadunidense, não obstante a retração econômica a desenrolar-se durante este ano. Paralelamente ao aumento dos gastos militares, a Casa Branca encaminha a reestruturação do Departamento de Estado, com vistas a dobrar o seu quadro funcional até 2018 – 22 mil.

Nesse sentido, contratar-se-ão mais de mil diplomatas, se a proposta for chancelada pelo Congresso, dos quais parte se destinará a um importante programa, o de Estabilização Civil.

Malgrado o evidente fracasso da política exterior, a Casa Branca prepara aparentemente um *finale* trágico para o encerramento do corrente mandato: uma investida contra o Irã, país invocado para justificar a permanência no Iraque, de acordo com o último Estado da União. Na visão do Presidente Bush, de uma forma ou de outra, o governo iraniano – não sua população – patrocina ou auxilia terroristas em território iraquiano, libanês e palestino.

A separação do povo do governo, a fim de legitimar uma ação bélica, foi empregada em setembro de 2002 no plenário da Organização das Nações Unidas e no Estado da União em 2003 com relação ao Iraque. Como corolário de tal posicionamento, salienta-se sempre que a sociedade local é vítima do governante, de sorte que um confronto libertá-la-ia da opressão cotidiana.

George Bush, sênior, havia-a utilizado na Primeira Guerra do Golfo, em 1990, e Ronald Reagan, no ataque à Líbia em 1986. A diferença foi que na confrontação atual a Grã-Bretanha, por intermédio do Primeiro-Ministro Tony Blair, ratificou-a. Aguarde-se, portanto, se haverá o manifestar de seu sucessor, Gordon Brown, para a sinalização de mais um embate sem a concordância da sociedade global, ainda representada formalmente na Organização das Nações Unidas.



O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org>

Dom João VI e a formação da diplomacia brasileira

JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE*

O ano de 2008 marca os duzentos anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil, então a mais importante colônia lusitana. A chegada do principal membro da Corte, Dom João VI, em 1808, é acompanhada de grande simbologia que contribuiu enormemente para a transformação cultural, política e social da grande posse americana. Na leitura de Caio Prado Junior, a presença do monarca no Rio de Janeiro fez com que o espírito de autonomia nacional, bem como o início da construção institucional tivesse ímpeto, cujo desfecho se deu em setembro de 1822 (Caio Prado Junior. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Brasiliense, 1957).

De fato, com Dom João VI no Brasil a paisagem e a atmosfera política e cultural havia muito se alterado. Para começar, foi necessário dar ares mais cosmopolitas à antiga capital brasileira com novas instituições que pudessem auxiliar na criação de um centro metropolitano. A transferência de artistas e estudiosos como Taunay, Martius e outros ainda são marca do interesse de se compreender as terras dos trópicos para nelas viver por muito tempo sob o Reino Unido de Portugal e Brasil.

A fundação da Escola de Belas Artes, atualmente integrada à UFRJ; a Academia Naval e a Faculdade de Medicina da Bahia, agora da UFBA, as três feitas entre 1810 e 1816, são exemplos da atividade joanina na mudança para fazer do Rio de Janeiro uma cidade de referência internacional. A importação da Biblioteca Real, atual Biblioteca Nacional da avenida Rio Branco também está neste âmbito.

Mas para congruência deste breve texto uma das relevantes marcas da família real no Brasil foi a tentativa de se fazer uma política externa que, no final das contas, fosse lograda ao crescimento da

colônia, sede do império ultramarino português. Quando Dom João VI apareceu, junto com ele veio a artimanha e a “escola diplomática” lusitana que, em grande parte, criou raízes no Brasil e ajudou a dar origem ao Itamaraty no que diz respeito aos valores e ações – fatores que devem procurar ser permanentes no comportamento da Casa até neste momento.

Dom João VI ao montar os arquivos e exercer os trabalhos diplomáticos da Lisboa tomada por Napoleão não deixou de modo claro uma linha divisionária que separasse os interesses metropolitanos dos brasileiros. Quais eram portugueses e quais os brasileiros precisamente? Daí a fundição da colônia com o centro metropolitano dando origem a algo novo para a época e talvez nunca mais repetido em toda a história, uma colônia que tem status de centro decisor.

Com efeito, não deixa de ser lícito afirmar que os valores atuais ou trabalhados tradicionalmente pela Chancelaria brasileira sejam herdados dos portugueses em grande monta. Afinal, o gosto pela contemporização com atores ou Estados de maior projeção de poder, a valorização dos tratados e das normas acordadas pelo direito internacional etc não são ações diplomáticas lusitanas? O grande historiador José Honório Rodrigues, em companhia de Ricardo Seitenfus, diz que as lembranças e maneiras de ser da diplomacia portuguesa se integraram à nacional que, guardadas as devidas proporções, as utilizou em momentos cruciais da história nacional, sobretudo administrando conflitos junto às repúblicas sul-americanas, procurando esgotar suas demandas consideradas contrárias ao interesse nacional brasileiro, mas sem deixar sinal nem de arrogância, nem de leniência que

* Doutor em Ciência Política pela Unicamp e professor do curso de Relações Internacionais da Trevisan – São Paulo (alexandrehage@hotmail.com).

pudesse comprometer a autoridade do País (José Honório Rodrigues e Ricardo Seitenfus. *Uma História Diplomática do Brasil: 1531 a 1945*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.). Para os autores isso se deu ainda mais no período imperial, em que a existência de uma unidade política de regime monárquico era vista por estranha em uma América republicana.

A diplomacia bragantina, sob Pedro II, teve o intuito de manter o Brasil incólume na maneira do possível perante as republicas, mormente, as platinas em que Argentina tencionava abarcar os frágeis Uruguai e Paraguai aos seus domínios de “vice-reinado”, como preferia Rosas. Na ótica de Rodrigues e Seitenfus o que fez o Império fora apenas manter o território fora das conflagrações e crises de toda a ordem que havia na parte sul do continente. Crises, cujo poder de irradiação em grande parte atingia o equilíbrio das fronteiras no Rio Grande. Daí as intromissões cuidadosas do Rio de Janeiro para operar equilíbrio de poder na área do Prata, mas sem necessariamente imprimir relação de hegemonia.

Na verdade, a valorização do período joanino no Brasil foi tarefa considerada árdua de um importante historiador, mas diplomata relativamente apagado, Manuel de Oliveira Lima. Oliveira Lima havia exercido a cabeceira na Embaixada em Washington, em época coincidente com a de Gilberto Freyre na Universidade de Columbia. Freyre após sua permanência em Nova York traz na cabeça o feitio de *Casa Grande & Senzala*, livro não considerado de interesse diplomático de modo direto e reto, mas que aponta passagens sensíveis ao leitor mais atento para compreender a forma de como o colonizador conseguiu manter íntegra uma malha territorial deste tamanho e apesar de todos os contratempos políticos da época. Os dois pernambucanos do Recife eram amigos e trocavam idéias sobre a cultura brasileira.

Já Oliveira Lima fora transferido para a capital norte-americana com livro publicado para fazer justiça ao trabalho feito pela Corte de Dom João VI. Como se fosse uma pecha eterna o monarca português já era visto com imagens depreciativas sobre sua pessoa e sua inteligência. Assim, Oliveira

Lima procura escrever obra vingadora para o estadista português – trabalho que virou clássico brasileiro. O livro é *Dom João VI no Brasil* que irá informar boa parte da artimanha diplomática e, por que não, geopolítica da “colônia metropolitana”.¹

No começo o autor descreve as urgências e as razões política que levaram o príncipe-regente a deixar Lisboa e rumar para o sul. A questão mais premente seria a de conservar e proteger efetivamente o império no mais que pudesse. Antecipando um século e meio o escritor italiano Lampedusa, em *O Leopardo*, Dom João VI preferia perder os anéis aos dedos.

No Brasil o estadista procurou definir a geografia a favor do Brasil. Valendo-se de artimanhas e interpretações particulares das cartas geográficas ele tencionou fazer com que o desenho territorial fosse mais bem definido, indo ao encontro do que seria conveniente para o Rio de Janeiro. Por exemplo, aumentar a presença política, militar e econômica do Brasil na região do Prata era uma constante. Tudo isso porque fatalmente seria por certo o encontro entre o Brasil e a Argentina pelo domínio da região mais setentrional. A idéia joanina era justamente a de dominar a margem oriental do rio da Prata, assegurando controle no Uruguai (Cisplatina) e afastando as perturbações de toda ordem no já complicado Rio Grande.

Desta forma, o mesmo empenho político-diplomático para dilatar o território nacional ao sul deveria se reproduzir ao norte sobre território, cujo oponente era grande potência, embora machucada por anos de guerras e quedas violentas nos fatores do poder nacional: a França. O Império Luso-Brasileiro disputaria a região do Amapá/Guiana com Paris. Tomando Caiena logo de pronto a diplomacia estava aproveitando o período de relativa fraqueza da França em virtude das guerras napoleônicas e os limites impostos pelo recém-feito Congresso de Viena, e 1815.

O Rio de Janeiro entendera que uma maior definição geográfica para o Império seria também

1 Oliveira Lima. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996.

arredondar o território ao norte, buscando saída com proximidade ao Caribe. O resultado esperado seria a defesa do território em duas áreas consideradas das mais delicadas para o Brasil: o Prata e Amapá. Dom João VI toma Caiena dos franceses e tenta ganhar tempo para que a causa fosse ganhada em momento que Paris não tinha condições militares e políticas para descer ao sul e tomar suas antigas posses. No fundo a diplomacia luso-brasileira acredita fazer uma justiça, um reparo, visto que havia queixa de que a França havia vilipendiado a presença portuguesa por volta do século XVII, quando da reconstrução de Portugal.

Ainda que muitos projetos joaninos não houvessem logrado progresso longo sua imagem ou exemplo foi marcante para trabalhos futuros. Rodrigues e Seitenfus são da opinião de que o Barão do Rio Branco muito se valeu do empenho luso-brasileiro para defender limites junto à Argentina, Questão de Palma, e à França, quando da dilatação mais ao norte do Amapá. Por conseguinte, dando a entender que o espírito trazido em 1808 perpassava os trabalhos de Rio Branco, pois essas operações de reconhecimento foram feitas sob a letra do direito internacional, não tendo o Brasil a necessidade de contestação armada.

É certo que toda figura, ou obra, histórica pode ser contestada. São construções ideológicas para aqueles que seguem o raciocínio marxista. Podem os observadores ter suas razões. Aproveitando atmosfera que fora favorável nos anos 1980 e 1990 houve muita tentativa de revisão histórica, procurando inaugurar um tipo de história que não fosse a dos vencidos, a oficial, mas sim daqueles que não têm voz. Não há dúvidas de que essas manifestações são democráticas e legítimas, mas de pouca serventia tem para a sofisticação cultural e melhor preparo dos pesquisadores que, realmente, querem ter seus textos respeitados (Francisco Doratiotto escapa dessa moda com seu *Maldita Guerra*. São Paulo, Cia das Letras, 2002. O professor da UnB procurou fazer estudo reto da guerra do Paraguai que não caísse ao gosto de um tipo de militância político-universitária, cujo mote era de que o Paraguai possuía condições sociais e econômicas moderníssimas em face do

Brasil e Argentina. Por temor da concorrência de um poderoso ente sul-americano a Grã-Bretanha arquitetara a guerra que acabou com o Paraguai. A investigação de Doratiotto nega esta cultura da guerra que fora muito em voga.).

Sob a alegação de serem historiadores ou pensadores a serviço das classes dominantes muitas obras clássicas foram renegadas a favor daquelas assumidamente partidárias. E por causa disso, entre outras coisas, muitas passagens de nossa história diplomática foi desprezada.

Mas a questão não se debate aqui longamente. Há quem possa dizer que a vinda da família real não operou o processo que pudesse, ao fim, lograr condições de fazer o Brasil a grande potência que deveria ser. Um dos pontos debatidos como limitados da ação joanina foi a famosa abertura dos portos, logo em sua chegada ao Rio de Janeiro. Tal abertura havia privilegiado muito a Grã-Bretanha em detrimento dos nacionais, o que ocasionou atraso econômico.

Amado Cervo e Clodoaldo Bueno já escreveram algo sobre o tema (Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno. *Historia da Política Exterior do Brasil*. Brasília, Universidade de Brasília, 2002.). Os dois reconhecem que houve muitas falhas na constituição do tratado dos portos amigos; concordam também que as obrigações luso-brasileiras foram leoninas para uma unidade política com dificuldades. Contudo os autores fazem algo positivo para o assunto em questão, e nem sempre evidente, reconhecem que toda a ação de caráter diplomático não é desvinculada das condições econômico-políticas e formas sociais com a qual se organiza o Estado. A assinatura da abertura dos portos não foi voluntária, foi fruto da fraqueza do ator sul-americano perante uma grande potência. Mas Cervo e Clodoaldo acreditam que poderia ser pior.

O período de liberalismo imposto por Londres, com a abertura dos portos, antes de tudo, ao Brasil pode ter sido o dinamismo que fez a diplomacia brasileira esperar ansiosamente por sua conclusão. Logo após as variadas crises de instabilidade política e lutas internas que perpassaram os anos de 1820 e 1830 abriram caminho para uma época de maior

altivez, que pudesse ajudar a construir o poder do Império. Daí por diante o Brasil não será, de fato, uma grande potencia, mas angariará respeitabilidade internacional e credibilidade diplomática.

A leitura dos textos sobre historia da política exterior brasileira, dos clássicos do pensamento

político nacional, podem jogar luzes sobre esse importante período que certamente tem a ver com a maneira de como o Brasil existe e se comporta tanto no âmbito doméstico quanto no internacional. Relembrar a obra joanina nos trópicos é um bom passo para isso.



**Assine a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI
e adquira os livros publicados pelo IBRI**

Na Loja do IBRI é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição.

Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org> .

RESENHA

As relações internacionais da Ásia e da África*

FAGNER DOS SANTOS CARVALHO**

O mundo atual apresenta mais de 190 países espalhados pelo globo cada qual, com maior ou menor intensidade, mantendo relações com outros Estados e agentes. Acostumamos-nos, todavia, seja pela origem de nossa disciplina ou por pertencermos à América, a focarmos grande parte de nossos estudos das relações internacionais ao que ocorre basicamente no lado não oriental da antiga “cortina de ferro”, passando da Europa aos EUA, até chegarmos à América do Sul.

Entretanto, esse tipo de enfoque já não satisfaz ao profissional que se preocupa em compreender a recente dinâmica internacional. A Ásia, juntamente com os países do Oriente Médio e África, estão cada vez mais presentes nos espaços jornalísticos e é preciso entender o processo pelo qual essas regiões chegaram a este lugar de destaque, para que se produzam análises mais consistentes. E esse é o vácuo na literatura que o livro *Relações Internacionais da Ásia e da África* vem a preencher.

Publicada pela Editora Vozes em 2007, como parte da Coleção Relações Internacionais, a obra de Paulo Fagundes Vizentini, Professor Titular de Relações Internacionais da UFRGS, pós doutor em Relações Internacionais pela *London School of Economics*, coordenador do Centro de Estudos Brasil-África do Sul e pesquisador do Núcleo de Estratégias e Relações Internacionais, perpassa os eventos históricos e conjunturas internacionais que influenciaram e influenciam ainda hoje as regiões da África, do Oriente Médio e da Ásia, em uma linguagem límpida e de fácil compreensão.

Para desenvolver seu objeto de estudos, o autor divide seu texto em três partes: a primeira dedicada

ao mundo da Ásia Oriental e Meridional, a segunda ao Oriente Médio e à Ásia Central, concluindo com uma abordagem sobre a África.

Iniciando as reflexões do livro, constata-se que será na área que engloba desde o Japão até o Paquistão, territórios da Ásia Oriental, que se vai conhecer, nas últimas três décadas, o fenômeno do grande e contínuo crescimento econômico que se mantém quase inabalado, projetando e alterando não só as relações de poder regional, como também global.

O começo, entretanto, não foi assim, principalmente do período que se inicia no final do século XIX, com a expansão imperialista européia até os processos emancipatórios já no século XX. Neste ciclo, o Japão teve um papel diferenciado: forçado a se abrir com a *Restauração Meiji* no século XIX implementou uma política modernizadora e tornou-se uma potência imperialista na área. No século XX, isto gerou um projeto expansionista e agressivo que culminou na participação na Segunda Guerra Mundial. Embora derrotado e reincorporado ao sistema desde 1945, estas políticas possuem impactos que permanecem até os dias de hoje dificultando a normalização das relações intra-asiáticas com países chave como a China.

Nesta região, a partir dos anos 1940, o processo de descolonização se inicia com força, não sendo, contudo, desvinculado aos fenômenos que internacionalmente ocorriam. Se durante a 2ª Guerra os japoneses se fizeram dominantes em diversos pontos, sua capitulação proporcionou o reforço dos movimentos de libertação que se expressavam desde a Coreia, Indonésia, Malásia, passando até pelo Vietnã.

A região não ficou, como todo o resto do mundo após 1948, isenta das manobras e estratégias de

* VIZENTINI, Paulo Fagundes. *As relações internacionais da Ásia e da África*. Petrópolis: Vozes, 2007, 230 páginas. ISBN 987-85-326-3491-7.

** Bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Estadual de São Paulo – UNESP (Marília).

avanco e contenção do mundo capitalista e socialista. Durante a Guerra Fria tanto os EUA, quanto a URSS, tomavam posições ativas para impedir os avanços que uma parte poderia obter. É nesse bojo que surge a China Comunista de Mao e a Guerra da Coreia, cuja principal conseqüência foi, por um lado, demonstrar os limites da hegemonia americana e, por outro, deixar um continente asiático dividido em compartimentos. Segundo Vizontini, isto se revelou no predomínio dos regimes comunistas na parte continental, URSS, China, Vietnã e Coreia do Norte, passando para a parte insular e península sob maior influência norte americana e, por fim, a zona meridional do Índico, que se posicionou pela neutralidade, com destaque à Índia.

Apesar da uma postura pautada pela neutralidade, a Índia que sofreu diversos problemas étnicos (e ainda sofre) em seu pós-independência acabou por se aliar, a princípio, com a URSS em uma política anti-chinesa. Esse mesmo país viria novamente a ser visto como um ponto importante para conter o dragão chinês no pós 1989. Todavia, sob os auspícios norte americano, isto não impediu aos indianos de normalizar suas relações com os chineses. Hoje a Índia defende uma postura externa de independência e interesse nacional, o que a leva ao multilateralismo e a se engajar em alianças tipo Sul-Sul, como no caso do Brasil e da África do Sul. Outros pontos importantes são a sua presença no setor econômico da informática e, geopoliticamente, possuir poderio nuclear.

Economicamente falando, essa região da Ásia começou a projetar-se a partir dos anos 60, quando ocorre o chamado "Milagre Japonês". O Japão, país que surge devastado pós 1945, recebe um tratamento "especial" dos EUA, visando criar um capitalismo moderno por meio de auxílios como dinheiro, tecnologia, abertura do mercado americano e apoio militar e político, com o intuito básico de se contrapor à China comunista e à URSS. Essa estratégia foi aplicada a Taiwan e Coreia do Sul, os chamados "Tigres Asiáticos". A ponta da dinâmica econômica estava no Japão, fenômeno que ficou conhecido como "Revoada dos Gansos", como discute o autor.

Já a Republica Popular da China tem o início de sua inversão na economia nos anos 70, quando após romper com a URSS começa a ter relações com os EUA. Desse contato emerge um processo de abertura econômica que se expande com mais força no pós morte de Mao e a ascensão no partido comunista de Deng Xiaoping. Sob o comando de Deng a China estabelece a política das "Quatro Modernizações", possuindo dentre os maiores resultados a implantação de Zonas Econômicas Especiais. Como nos aponta Vizontini, diferente da Coreia do Sul que partiu para a industrialização do zero, a China, já nesse momento, apresentava algumas características que a colocavam em melhor situação como infra-estrutura e mão de obra.

É inegável o papel da China como um dos grandes exportadores do mundo, além de, no plano estratégico, pertencer ao Conselho de Segurança e possuir um forte aparato bélico, inclusive de cunho nuclear, fatos que a levam cada vez mais a ser o centro de gravidade asiático. Ressalte-se, ainda, o crescente interesse chinês em manter relações com a África, visando colocar o continente como importante fornecedor de matérias primas para seus empreendimentos.

Em termos gerais a Ásia passa por uma eferescência em termos das relações de poder. Poderia uma nova agenda política no Japão tirar esse país do marasmo em que se encontra? As políticas de crescimento chinês são sustentáveis? E, também, qual seria a liberdade que o partido comunista chinês estaria disposto a permitir em decorrência da maior modernização? E a Coreia do Sul, qual seria seu papel nessa conjuntura? Somente o decorrer do tempo poderá trazer essas repostas.

Passando a falar do Oriente Médio e da Ásia Central, percebe-se que esta região se constitui dentre os locais mais conflituosos do globo a pelo menos um século. Área de povos antigos, berço das religiões monoteístas judaica, cristã e islâmica, além de constituir o ponto de encontro do continente Europeu com a África e a Ásia, a região é conturbada pelo elemento energético: a grande disponibilidade de reservas de petróleo e gás em seus territórios. Esse último aspecto foi o motivo principal da ganância

européia para a região, não somente no período em que se iniciou o imperialismo, mas, também, no pós-independência destes países e, inclusive, nos dias atuais, com a presença mais direta dos EUA.

Somadas a todas essas questões, desde 1917, com a Declaração de Balfour pelos ingleses, planejava-se a criação de um Estado judeu, fato que ocorreu no pós Segunda Guerra e as rivalidades incitadas a partir de então contribuem ainda mais para o “barril de pólvora” que é essa parte do globo. Além disso, vários movimentos de independência que eclodiram durante o século XX, nessa área, decorreram de um processo de reafirmação dos povos locais no que ficou conhecido por “Nacionalismo Árabe”, cujo principal representante foi Gamal Abdel Nasser.

O momento em que se vivia, cabe ressaltar, era, também, o da Guerra Fria, fazendo com que diversos movimentos de libertação propagassem idéias socialistas em suas lutas de emancipação, cuja consequência foi fazer com que se avolumassem ainda mais as tensões entre Israel, os países ocidentais e os governos conservadores frente a esses Estados “novos”.

Os anos 70 chegam e o poder da região em influenciar o resto do mundo aumenta subitamente. Grande parte dos países, nesse momento, já havia nacionalizado as companhias petrolíferas em seus territórios. Em 1968 é criada a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) e entre 1971-1973, temos o primeiro “choque do petróleo” e a Guerra do Yom Kippur, fazendo os preços se elevarem e gerando divisas para os países produtores desenvolverem um política de “petrodólares”, tornando um recurso natural em um instrumento significativo de poder.

Passando pelos anos 80, com seus diversos conflitos, destacando-se o enfrentamento entre o Iraque e o Irã, chega-se ao pós Guerra Fria e com ele à Segunda Guerra do Golfo, contudo, importantes passos puderam ser dados no tocante ao conflito entre Israel e o mundo árabe. Os entendimentos firmados ficaram conhecidos por Acordos de Oslo, cujo principal entrave decorreu da morte do Primeiro Ministro israelense Yitzhak Rabin por um estudante israelense. Certamente a grande possibilidade de uma paz duradoura foi perdida.

Na região da Ásia central o autor nos apresenta, também, a nova Rússia ressurgida do pós Guerra Fria. Sem o poderio e influência da antiga URSS, esse país aos poucos tenta se reafirmar como pólo regional, retomando a influência da antiga URSS e desenvolvendo parcerias estratégicas na área econômica e militar em uma conjuntura que visa se posicionar mais firmemente frente aos EUA. De maneira geral, a Rússia tem um papel de relevância a ser vislumbrado devido, não somente, ao fato de pertencer ao Conselho de Segurança da ONU e participar do “Clube Atômico”, como também pelos seus imensos recursos naturais, principais responsáveis pela recuperação da economia russa, com destaque ao governo Putin.

A grande incógnita que ronda essa área, principalmente no contexto em que os EUA, com a presidência de Bush filho, já desencadearam suas guerras contra o terror em dois países locais (Afeganistão e Iraque) é a ascensão ao poder de governos conservadores, cujo maior e mais vociferante representante se encontra no Irã sob o comando de Ahmadinejad.

Chegando a última parte do texto, somos lançados a fixar nossos olhares na região onde se encontram os países mais pobres do mundo, na qual o colonialismo e imperialismo deixaram marcas e que só agora, pós movimentos de emancipação, começam a caminhar em direção àquilo que o autor chama de uma retomada da “evolução histórica local” (p.159): a África.

Sobre esse objeto de estudos, Vinentini nos demonstra a importância que o movimento do nacionalismo árabe, juntamente com os chamados “pan-africanismo” e “negritude” tiveram no desenrolar dos processos emancipatórios. Nesse ínterim, foi o ano de 1960 considerado o *ano africano*, momento no qual a maioria dos países da região conseguiu a independência. Porém, países como Moçambique e Angola, ex-colônias portuguesas, só tiveram sua libertação posteriormente.

Fato interessante é que, na grande maioria dos países africanos, as metrópoles se esforçaram em atuar na maneira pela qual suas colônias se libertavam, em um movimento que visava não perder a influência

sobre elas. Esse fato, juntamente com uma estrutura econômica dependente da venda de produtos primários e de uma constituição burocrático/política manteve quase inalterado o arcabouço deixado pelas metrópoles, gerando o *neocolonialismo*. A contraposição deu-se com a ascensão de países influenciados pelas idéias socialistas.

Esses fatos não impediram, entretanto, que esses países buscassem uma maior participação internacional, por um lado utilizando-se das estruturas da ONU, como é o caso do grupo dos 77, ou de manifestações independentes, como a participação de alguns países na OPEP e no Movimento dos Não-Alinhados.

O grande contraponto foi a crise que se alastrou pelo mundo na década de 80. Os países viram o preço de seus principais produtos caírem, juntamente com uma conjuntura em que a recessão fazia com que vendessem menos ao exterior. O resultado foi o alto endividamento e os conseqüentes planos de ajuste do FMI, cuja implicação imediata foi, no plano social, um retrocesso em áreas como a sanitária e alimentar, gerando grandes problemas como a fome e as migrações no continente.

Já nos anos pós Guerra Fria, segundo o autor, a África acabou por perder o *status* de área de importância estratégica na relação EUA x URSS, uma vez que o grande inimigo deixava de existir. A grande conseqüência desse fenômeno foi a *marginalização*

do continente africano na ordem internacional. Outro aspecto decorrente dessa nova postura frente à África é o que Vizentini chamou de *tribalização dos conflitos* (p. 203), que cada vez mais ocorriam (e ocorrem) dentro dos Estados ou em suas fronteiras, além do retorno ao poder de ex-lideranças ditatoriais pelo voto. O único país, na visão do autor, melhor posicionado, seja econômico, social e politicamente é a África do Sul, cada vez mais influente na região e estabelecendo parcerias mundiais. Porém, além da África do Sul, o texto aponta também o reinício do renascimento africano a partir do final da década de 1990, movimento que pode se consolidar no médio prazo.

Por todo o exposto não há como ser negada a contribuição que a obra de Vizentini traz para a compreensão dos conflitos, aproximações e dispersões, avanços e retrocessos que fazem da Ásia e da África, inclusive do Oriente Médio, serem o que são. As informações contidas e expressas de forma clara, cuja única pretensão é auxiliar no entendimento dos fenômenos atuais dessas regiões, mostram-se de especial importância aos estudiosos das relações internacionais, principalmente para os do Brasil. Citado entre os BRICS, o Brasil precisa compreender os fenômenos dessa área para mais claramente, por meio da atuação de sua diplomacia, fixar uma posição, defender os interesses nacionais e desenvolver parcerias como o IBAS.



RESENHA

As relações em eixo franco-alemãs e as relações em eixo argentino-brasileiras: gênese dos processos de integração*

DANILO VERGANI MACHADO**

O livro ora apresentado é resultado da tese de doutoramento da autora apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília no ano de 2005, cujo reconhecimento a equivalência da tese pela Universidade Técnica de Lisboa já fora realizado. Obra de fôlego, trás em seu bojo a tarefa de reescrever o velho e apresentar um novo olhar, a partir da teoria das relações internacionais, sobre os processos de integração europeu e sul-americano.

O ponto de partida é o biênio 1870-1871, período que corresponde a um rearranjo de forças, tanto para as relações entre França e Alemanha, quanto para Argentina e Brasil. Por um lado, a unificação alemã após a guerra franco-prussiana marca o surgimento de um Estado centralizado e forte economicamente a fazer frente aos interesses hegemônicos da França, por outro, a Guerra do Paraguai consolida o fortalecimento político argentino – antes fragmentado – e a reestruturação da órbita de influências na Bacia do Prata. A partir deste contexto, busca-se reconstruir o longo caminho pelo qual estes países realizaram seus processos de aproximação e dessa forma, avaliar: primeiro a possibilidade de se equiparar o papel das relações bilaterais entre os casos de Argentina-Brasil e Alemanha-França em relação aos respectivos processos de integração; segundo, considerar em ambos os casos as relações bilaterais como *relações em eixo*; por fim, saber se é possível creditar aos dois

eixos, a função de elemento determinante da gênese dos processos de integração.

No primeiro capítulo é apresentado um panorama sobre o movimento evolutivo da Teoria das Relações Internacionais com a apresentação dos principais paradigmas e especial atenção aos teóricos dedicados às análises sobre processos de integração. Não por acaso, a autora busca examinar o fôlego explicativo de tais teorias e preparar o campo para a apresentação do que considera um novo paradigma para a Teoria das Relações Internacionais – as *relações em eixo*. No entanto, como salienta Raquel Patrício, o termo eixo já foi utilizado para a compreensão das relações entre os países da América do Sul – Moniz Bandeira, Amado Cervo, Mario Rapoport, entre outros – e também para as relações entre os países europeus com uma lista ainda mais vasta de autores. Entretanto, seria possível dissolver tal parte no decorrer dos capítulos que tratam da reconstrução histórica das relações bilaterais da Europa e América do Sul, de modo a fornecer substrato empírico às formulações teóricas.

Em seguida, por meio da utilização do conceito de forças profundas, inicia-se a análise da construção do processo integracionista europeu. As condições demográficas, econômicas e a psicologia coletiva são levadas em consideração para explicar o surgimento do *Reich* alemão após o conflito franco-prussiano. Conflito este que trouxe para o centro das

* PATRÍCIO, Raquel Cristina de Caria. *As relações em eixo franco-alemãs e as relações em eixo argentino-brasileiras: gênese dos processos de integração*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2007, 576 p., ISBN: 978-972-8726-92-8.

** Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (danilo_vergani@hotmail.com).

relações internacionais européias a rivalidade franco-alemã, sobretudo, a partir da vitória germânica e a anexação dos territórios da Alsácia e Lorena. Com os nacionalismos de ambos os atores exacerbados inaugura-se uma fase de construção de alianças com o objetivo de neutralizar a margem de manobra do outro *hegemon*.

Terminado os dois conflitos mundiais, a traumatizante experiência social contribuiu para que os países buscassem outras formas de relacionamento e enterrassem seus nacionalismos. A alternativa da guerra era banida na política externa dos Estados europeus da mesma forma que adotaram a conjugação de esforços para o enfrentamento dos problemas comuns. Com isso, a integração européia ganha movimento a partir de dois fatores relevantes: por um lado, o Plano Marshall que exige a criação da Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE), por outro, a criação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA), que tinha por objetivo envolver a Alemanha em projetos de unidade européia acerca dos recursos estratégicos para indústria bélica a fim de evitar nova militarização e expansionismo alemão. Dessa forma, as relações entre estes países tornaram-se o motor da integração européia.

Interessante a apresentação da expressão criada por Estevão Martins – os casais vinte – que ilustram as parcerias entre os homens de estado da França e Alemanha. O bom entendimento entre estes seria fator essencial para a coordenação política e conseqüente evolução ou estagnação no processo de integração. Dessa forma, o processo avança, ainda para Estevão Martins, por meio da prudência, paciência, perseverança, persistência e partidarismo, rumo a uma agregação territorial sem precedentes históricos e que desafia a noção Westphaliana de Estado-nação.

Na América do Sul, a conclusão da Guerra do Paraguai marca o início das rivalidades entre Argentina e Brasil pela hegemonia na Bacia do Prata. Passados os primeiros embates pelas questões de fronteira no território de Palmas (*Misiones*), a economia tornou-se o elemento pelo qual as relações em eixo foram estruturadas ao longo da história destes dois países. Além disso, a região foi palco para o exercício dos

antagonismos de interesses entre Europa e Estados Unidos, situação esta que gerava reflexos diretos nas relações argentino-brasileiras.

Semelhante a experiência européia, os casais vinte da Argentina e Brasil também exerceram importante papel para o bom entendimento nas relações em eixo, embora, o movimento pendular de aproximação e distanciamento sobre a coordenação política sul-americana fosse mais intenso neste caso. As relações Perón-Vargas, evidenciam o caráter pendular das relações em eixo, pois, o viés nacionalista de ambos – fator de simpatia mútua – que proporcionou movimentos de aproximação, não foi suficiente quando as políticas externas de ambos os países, sobretudo, representadas na celebração do TIAR e na construção da OEA, começaram a divergir.

O casal Frondizi-Kubitschek estabeleceu um ambiente de grande entendimento, haja vista o apoio portenho a OPA e ALALC. Posteriormente, o advento dos regimes militares na Argentina e Brasil gerou novos constrangimentos às relações em eixo, evidenciado pela crise gerada entorno da construção de Itaipu, e a volta dos receios sobre políticas de hegemonia por parte de ambos os países.

Os problemas econômicos comuns derivados da década de 1980 tornaram-se um fator determinante para a consecução da cooperação e integração política que está na gênese do MERCOSUL. Alfonsín-Sarney deram os passos decisivos para a integração com a assinatura, em 1988, de atos bilaterais na esfera econômica e a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, no qual comprometiam-se em suprimir gradualmente, num prazo de dez anos, as barreiras a livre circulação de bens. Este foi o primeiro passo a construção efetiva do MERCOSUL em março de 1991.

Após a reconstrução histórica dos processos de integração europeu e sul-americano, é possível retomar as indagações iniciais da autora e concluir. Em primeiro lugar, tanto as relações bilaterais entre Alemanha e França quanto as de Argentina e Brasil são semelhantes em relação aos seus respectivos processos de integração. Estas relações são confirmadas como relações em eixo, pois são potências regionais que interferem de modo decisivo

na atuação de seus vizinhos. Por fim, as relações em eixo na Europa e na América do Sul são responsáveis, em grande medida, pela criação e desenvolvimento da União Européia e do Mercosul.

Assim, o livro de Raquel Patrício traz um novo olhar ao tema da integração e propõe a

construção de um paradigma para a Teoria das Relações Internacionais. O esmero com que trata a reconstituição dos processos históricos da União Européia e do MERCOSUL faz de sua obra peça essencial para quem se aventura aos estudos das integrações regionais.



RESENHA

Tempos Líquidos*

MÁRCIO PEREIRA BASÍLIO**

Zygmunt Bauman é um sociólogo polonês, de descendência judaica, nascido em 1925, em Poznań. Quando a Polônia foi invadida pelo nazismo em 1939, sua família refugiou-se na União Soviética. Bauman serviu na Polish First Army, sob o controle dos soviéticos. Neste período, o autor tomou parte nas batalhas de Kolberg e Berlin. De 1945 a 1953, Bauman passou a servir na Korpus Bezpieczeństwa Wewnętrzznego (KBW), esta unidade foi responsável pela repressão à resistência ucraniana e germânica. Neste momento de incertezas, foi que o autor iniciou seus estudos em sociologia na universidade de Varsóvia, onde teve artigos e livros censurados e em 1968 foi afastado da universidade. Logo em seguida emigrou da Polônia, reconstruindo sua carreira no Canadá, Estados Unidos e Austrália, até chegar à Grã-Bretanha, onde em 1971 se tornou professor titular da universidade de Leeds, cargo que ocupou por vinte anos. Responsável por uma prodigiosa produção intelectual, recebeu os prêmios Amalfi, em 1989, por sua obra *Modernidade e Holocausto* e Adorno, em 1998, pelo conjunto de sua obra. Atualmente é professor emérito de sociologia das universidades de Leeds e Varsóvia.

Em *Tempos Líquidos*, o assunto primordial que permeia a obra é a insegurança. Um fenômeno que, para o autor, caracteriza a vida nas grandes metrópoles globalizadas. Neste sentido, as cidades são hoje verdadeiros campos de batalha, onde poderes globais se chocam com identidades locais. O resultado desta equação é a eclosão nímia da violência e da insegurança.

Tempos Líquidos está subdividido em cinco capítulos. No primeiro, o autor manifesta sua preocu-

pação em relação a liquefação do Estado-nação, face a sua incapacidade responder localmente ao estímulos globais. Segundo o autor, num planeta atravessado por “auto-estradas da informação”, nada que acontece em alguma parte dele pode de fato, ou ao menos potencialmente, permanecer do “lado de fora”. A sociedade não é mais protegida pelo Estado, ou pelo menos é pouco provável que confie na proteção oferecida por este. Ela agora está exposta à rapacidade de forças que não controla e não espera, nem pretende, recapturar e dominar. “Aberto” e cada vez mais indefeso de ambos os lados, o Estado-nação perde sua força, que agora se evapora no espaço global, assim como a sagacidade e a destreza políticas, cada vez mais relegadas à esfera da “vida política” individual e “subsidiadas” a homens e mulheres. O que resta de política a cargo do Estado e de seus órgãos se reduz gradualmente a um volume talvez suficiente para guarnecer pouco mais que uma grande delegacia de polícia. Segundo o Autor, o Estado reduzido dificilmente poderia conseguir ser mais que um Estado da proteção pessoal. Bauman afirma que num planeta negativamente globalizado, todos os principais problemas são globais e, sendo assim, não admitem soluções locais. Num mundo saturado de injustiças e habitado por bilhões de pessoas a quem se negou a dignidade humana vai corromper inevitavelmente os próprios valores que os indivíduos deveriam defender. Desta forma, a democracia e a liberdade não podem mais estar plena e verdadeiramente seguras num único país, ou mesmo num grupo de países. Sendo assim, o autor assevera que o medo é reconhecidamente o mais sinistro dos demônios

* Resenha de BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, 119 p., ISBN 978-85-7110-993-3.

** Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e Oficial Superior da Polícia Militar do Rio de Janeiro (marciopbasilio@terra.com.br).

que se aninham nas sociedades abertas de nossa época. Contudo, é a insegurança do presente e a incerteza do futuro, adverti o autor, que produzem e alimentam o medo mais apavorante e menos tolerável. Essa insegurança e essa incerteza, por sua vez, nascem de um sentimento de impotência.

No segundo capítulo intitulado “A humanidade em movimento”, o autor retrata as consequências da globalização, do enfraquecimento do Estado-Nação, quando aborda a questão do aumento de refugiados em diversas áreas do globo. O autor assevera que, a única indústria que floresce nas terras dos retardatários – conhecidas pelo apelido tortuoso e frequentemente enganoso, de “países em desenvolvimento” – seja a produção em massa de refugiados. Neste sentido, o número de vítimas da globalização sem teto e sem Estado cresce rápido demais para que o planejamento, a instalação e a construção de zonas que possam conter esses refugiados. Bauman aponta para a desregulamentação das guerras como um grande efeito da globalização, que em grande medida contribuem diretamente para o aumento destes refugiados. Bauman descreve que, tornar-se um refugiado significa perder os meios em que se baseia a existência social, ou seja, um conjunto de coisas e pessoas comuns que têm significados – terra, casa, aldeia, cidade, país, posses, empregos e outros pontos de referência cotidianos. Essas criaturas à deriva e à espera não têm coisa alguma senão sua “vida indefesa, cuja continuação depende da ajuda humanitária”. Um outro ponto preocupante relacionado a esta questão, se refere a absorção de parte destes excedentes populacionais pelas guerrilhas, gangues de criminosos e traficantes de drogas, que em seus conflitos aniquilam e reabsorvem o “excedente populacional”. A partir de suas inferências o autor recorrer a Loïc Wacquant para asseverar que, a missão do Estado está sendo redefinida; este recua na arena econômica, alegando a necessidade de reduzir seu papel social à ampliação e ao reforço de sua intervenção penal. Um reflexo desta mudança pode ser observado no tratamento que alguns países adotam em relação aos estrangeiros, permitem a saída, mas “protegem contra o ingresso indesejado de unidades do

outro lado”, isto é, o que o autor denominou de “membranas assimétrica”.

No terceiro capítulo, Bauman aponta três possíveis causas para o sofrimento humano: a primeira está relacionada ao poder superior da natureza; a segunda diz respeito a fragilidade de nossos corpos; contudo, a terceira causa se relaciona intimamente a questão central desta obra e emerge da inadequação dos regulamentos que ajustam as relações dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade. Robert Castel chegou a conclusão semelhante, depois de descobrir que a insegurança moderna não deriva de uma carência de proteção, mas sim da “falta de clareza de seu escopo”. Castel atribui à individualização moderna a responsabilidade por esse estado de coisas; sugere que a sociedade moderna, tendo substituído as comunidades e corporações estreitamente entrelaçadas, que no passado definiam as regras de proteção e monitoravam sua aplicação, pelo dever individual do interesse, do esforço pessoal e da auto-ajuda, tem vivido sobre a areia movediça da contingência. Segundo Bauman, a segurança das pessoas e a proteção de suas propriedades são condições indispensáveis para a capacidade de lutar efetivamente pelo direito à participação política, mas não podem se estabelecer de forma definitiva nem serem adotadas com confiança, a menos que a forma das leis impostas a todos tenha se tornado dependente de seus beneficiários. Contudo, devemos fazer uma ressalva: se os direitos políticos podem ser usados para enraizar e solidificar as liberdades pessoais assentadas no poder econômico, dificilmente garantirão liberdades pessoais aos despossuídos, que não têm direito aos recursos sem os quais a liberdade pessoal não pode ser obtida nem, na prática desfrutada – deixada à sua própria lógica de desenvolvimento, a “democracia” poderia continuar sendo não apenas na prática, mas também de modo formal e explícito, um assunto essencialmente elitista -, sem direitos políticos, as pessoas não podem ter confiança em seus direitos pessoais; mas sem direitos sociais, os direitos políticos continuarão sendo um sonho inatingível, uma ficção inútil ou uma piada cruel para grande parte daqueles a quem eles foram concedidos pela letra da lei.

No quarto capítulo o autor trata da dicotomia social vivida nas grandes cidades. O autor recorre a Manuel Castells que retrata uma crescente polarização e uma distância cada vez maior entre os mundos das duas categorias em que se dividem os habitantes: “o espaço da camada superior geralmente está conectado à comunicação global e a uma vasta rede de intercâmbio, aberta a mensagens e experiências que envolvem o mundo inteiro. Na outra extremidade do espectro, redes locais segmentadas, frequentemente de base étnica, recorrem a sua identidade como o recurso mais valioso para defender seus interesses e, em último instância, sua existência.” Desta forma, as pessoas da “camada superior” não pertencem ao lugar que habitam, pois suas preocupações estão em outro lugar. Segundo Bauman, além de ficarem sozinhas, e portanto livres para se dedicarem totalmente a seus passatempos, e terem os serviços indispensáveis a seu conforto diário assegurados, elas não têm outros interesses investidos na cidade em que se localizam suas residências. Por outro lado, o mundo em que vive a outra camada de moradores da cidade, a camada “inferior”, é o exato oposto da primeira. Os cidadãos urbanos da camada inferior são “condenados a permanecer locais”. Para eles, é dentro da cidade que habitam que a batalha pela sobrevivência, e por um lugar decente no mundo, é lançado, travada e por vezes vencida, mas na maioria das vezes perdida. O acirramento desta segmentação social pode ser observado pelo aumento vertiginoso dos condomínios fechados, como os existentes na Barra da Tijuca – RJ, Região dos Lagos – RJ, São Paulo – SP, e em outras grandes cidades brasileiras que sofrem pelo aumento dos índices de violência contra a vida e ao patrimônio. Pois, como afirma Bauman, qualquer um que tenha condições adquire uma residência num “condomínio”, planejado para ser uma habitação isolada, fisicamente dentro da cidade, mas social e espiritualmente fora dela. O traço mais proeminentes do condomínio é seu “isolamento e distância da cidade... Isolamento significa a separação daqueles considerados socialmente inferiores”. As cercas têm dois lados... Elas dividem em “dentro” e “fora” um espaço que seria uniforme. Desta forma, as cidades, que originalmente construídas para

fornecer proteção a todos os seus habitantes, hoje se associam com mais frequência ao perigo do que à segurança.

Finalizando a obra o autor trata da utopia face a incerteza do mundo contemporâneo. Viver em um mundo incerto com a esperança de dias mais equilibrados é necessário para o progresso. Bauman revisita Anatole France que afirma que: “sem as utopias de outras épocas, os homens ainda viveriam em cavernas, miseráveis e nus. Foram os utopistas que traçaram as linhas da primeira cidade...” para nascer, o sonho dos utopistas necessitava de duas condições. Primeiro, um sentimento irresistível de que o mundo não estava funcionando de maneira adequada e de que era improvável consertá-lo sem uma revisão completa. Segundo, a confiança na capacidade humana de realizar essa tarefa, a crença de que “nós, humanos, podemos fazê-lo”, armados como estamos da razão capaz de verificar o que está errado no mundo e descobrir o que usar para substituir suas partes doentes, assim como da capacidade de construir as armas e ferramentas necessárias para enxertar esses projetos na realidade humana. Neste sentido, o autor apresenta três metáforas, diferentes entre si, mais relacionadas ao modo de interagir com o mundo vivido. A primeira diz respeito ao guarda-caça, que tem por princípio defender a terra sob sua guarda contra toda interferência humana, a fim de proteger e preservar. A segunda é a do jardineiro, o qual presume que não haveria nenhuma espécie de ordem no mundo, não fosse por sua atenção e esforços constantes. Essas duas metáforas tipificam a autoridade investida aos Estados-Nações. A terceira metáfora é a do caçador, o qual não dá a menor importância ao “equilíbrio” geral “das coisas”, seja ele “natural” ou planejado e maquinado. A única tarefa que os caçadores buscam é outra “matança”, suficientemente grande para encherem totalmente suas bolsas. Esses são produtos da globalização e do enfraquecimento do Estado-Nação. Contudo, nem todos podem tornar-se caçadores, mas os mais abastados.

Ao ler a presente obra, sob a perspectiva do autor, pode-se perceber sua importância no planejamento das políticas públicas. Muitas vezes somos tentados

o produzir estratégias locais para resolução de problemas, que se quer, compreendemos. Talvez esta seja a razão de continuarmos tentando. Para ilustrarmos o tema tratado, vamos utilizar como referência um caso recorrente em nossa sociedade, que é o do combate diuturno ao tráfico de drogas. O enfrentamento de grupos criminosos nas favelas cariocas aumenta a sensação de insegurança de nossa sociedade, sem, contudo abalar os pilares do crime organizado. Os EUA lideram uma campanha

ao combate de drogas nos cartéis colombianos. Todavia, não são tão impetuosos no comércio de venda de armas. São essas incongruências que nos circundam. Como construir estratégias para essas questões, se não controlamos os insumos de tais processos. O sentimento que advém desta análise é o de impotência, mas o autor nos incentiva a continuar visionando um mundo melhor. Precisamos perseguir a utopia.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Conselho Editorial: Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, Estevão Chaves Martins, Tânia Pechir Manzur.

Projeto Gráfico (design): Samuel Tabosa de Castro – samuel.tabosa@gmail.com